

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.246 - DF
(2019/0052525-6)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : GUIOMAR PERCIDES TRACZINSKI
AGRAVANTE : HANS ALBERTO SAATKAMP
AGRAVANTE : HELENIZE THESOIRO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : IOLANDA MARIA DE SOUZA PORTO
AGRAVANTE : IVANI VETTORI SCHNEIDER
AGRAVANTE : JOÃO APARECIDO BUENO DE CAMARGO
AGRAVANTE : JOAO CARLOS MARQUES
AGRAVANTE : JOÃO PEDUTO
AGRAVANTE : JOAQUIM JOSÉ SEVERO MACHADO
AGRAVANTE : JORGE CARLOS ERGANG
ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO ZIN ROMANO E OUTRO(S) - DF017184
ADVOGADA : ROSÂNGELA FRANCESLI SANTOS - DF022149
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : ISABELLA GOMES MACHADO E OUTRO(S) - DF010482
ALBERTO CAVALCANTE BRAGA - DF009170

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. FGTS. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EMPRESA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. INAPLICABILIDADE.

1. O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que a Caixa Econômica Federal, na condição de empresa pública, não goza da prerrogativa prevista no art. 20, § 4º, do CPC (REsp 216.417/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 8.4.2002; REsp 642.100/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 20.9.2004; AgRg no AgRg no REsp 630.559/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 24.8.2006).

2. Agravo interno provido para, em juízo de reconsideração, dar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (fls. 581/585) apresentado contra decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

O agravante alega, em síntese, que a agravada, na condição de empresa pública, não goza da prerrogativa prevista no art. 20, § 4º, do CPC.

Requer seja reconsiderado o *decisum* ou provido o presente agravo.

Contrarrazões apresentadas (fls. 587/592).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

A insurgência recursal merece acolhida.

Conforme constou do acórdão embargado, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 29-C da Lei 8.036/90 (incluído pela MP 2.164-41), reconhecendo o cabimento dos honorários advocatícios nas ações envolvendo o FGTS (ADI 2.736/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe de 29.3.2011; RE 581.160/MG - Repercussão Geral, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 23.8.2012).

O Tribunal *a quo* entendeu que:

No caso específico, por se tratar de matéria já pacificada pela jurisprudência, e, por não atuar a CEF como empresa pública, porém no exercício de função pública delegada pela União, de gestora do FGTS, fixo os honorários advocatícios, com base no art. 20, § 4º, do CPC, em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação.

Pelo exposto, neste novo exame da questão, autorizado pelo art. 543-B, § 1º, do CPC, dou parcial provimento à apelação dos autores, para condenar a Caixa Econômica Federal ao pagamento de honorários advocatícios ora fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação (art. 20, § 4º, do CPC).

O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que a Caixa Econômica Federal, na condição de empresa pública, não goza da prerrogativa prevista no art. 20, § 4º, do CPC (EREsp 216.417/DF, 1ª Seção, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 8.4.2002; REsp 642.100/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 20.9.2004; AgRg no AgRg no REsp 630.559/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 24.8.2006).

Assim, não sendo aplicável o § 4º do art. 20 do CPC, a verba honorária deve ser fixada com base no § 3º desse artigo, observando-se os respectivos limites percentuais.

No mesmo sentido, colecionam-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO, COM A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO.

1. Conforme constou do acórdão embargado, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 29-C da Lei 8.036/90 (incluído pela MP 2.164-41), reconhecendo o cabimento dos honorários advocatícios nas ações envolvendo o FGTS (ADI 2.736/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe de 29.3.2011; RE 581.160/MG - Repercussão Geral, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 23.8.2012).

2. A Caixa Econômica Federal, na condição de empresa pública, não goza da prerrogativa prevista no art. 20, § 4º, do CPC (EREsp 216.417/DF, 1ª Seção,

Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 8.4.2002; REsp 642.100/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 20.9.2004; AgRg no AgRg no REsp 630.559/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 24.8.2006). Assim, não sendo aplicável o § 4º do art. 20 do CPC, a verba honorária deve ser fixada com base no § 3º desse artigo, observando-se os respectivos limites percentuais.

3. Embargos de declaração acolhidos, com a atribuição de efeito modificativo, para que a verba honorária seja fixada em 10% sobre o valor da condenação.

(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 935.590/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 17/06/2013)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FGTS. CELEBRAÇÃO DE ACORDO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO ART. 26, § 2º, DO CPC. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 22, § 4º, DA LEI 8.906/1994. PRECEDENTES.

1. Havendo adesão ao Programa de Pagamento dos expurgos inflacionários relativos às contas vinculadas de FGTS - Lei Complementar 110/2001, aplica-se, quanto ao pagamento de honorários, o disposto no § 2º do art. 26 do CPC quando a transação foi homologada.

2. Em se tratando de execução em torno da correção monetária dos saldos do FGTS, em que está obrigada a CEF ao creditamento dos valores nas contas vinculadas, que caracteriza uma obrigação de fazer, é inaplicável o disposto no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/1994, porque não haverá levantamento das importâncias.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1333580/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 27/03/2015)

ADMINISTRATIVO. FGTS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. PERCENTUAL INFERIOR AO PREVISTO NO § 3º DO ARTIGO 20 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE.

1. Esta Corte não permite a fixação dos honorários advocatícios em percentual inferior ao previsto no § 3º do artigo 20 do CPC na hipótese de existir condenação da Caixa Econômica Federal, mesmo quando atuar na qualidade de órgão gestor do Fundo de Garantia do Tempo de serviço-FGTS, nas ações propostas pelos fundistas.

2. Recurso especial provido.

(REsp 642.100/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2004, DJ 20/09/2004, p. 277)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FGTS. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EMPRESA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. INAPLICABILIDADE.

I - A parte sucumbente, Caixa Econômica Federal - CEF, configura-se como empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, razão pela qual deve ser afastada a incidência do § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil. Precedentes: AgRg no REsp nº 547.784/DF, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 13/09/2004;

EResp nº 216.417/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU de 08/04/2002 e

EResp nº 200828/DF, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJ de 01/08/2000.

II - Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no REsp 630.559/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/2006, DJ 24/08/2006, p. 101)

Diante do exposto, **dou provimento** ao agravo interno para, em juízo de reconsideração, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC/2015, dar provimento ao recurso especial consoante art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e Súmula 568/STJ, a fim de que a verba honorária seja fixada em 10% sobre o valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

